

**Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia:
olhando além – e apesar – das fases e tradições**
A window to Amazonian precolonial history:
looking beyond – and in spite of – phases and traditions

Denise Pahl Schaan¹

Resumo: Neste artigo questionamos a correspondência, muitas vezes assumida, entre indústria cerâmica (fase) e grupo social, argumentando a sua inadequação no que tange ao entendimento da variabilidade ou mudança na cultura material. Apresentamos três estudos de caso para demonstrar que as semelhanças tecnológicas e iconográficas entre conjuntos de artefatos podem corresponder a sociedades totalmente distintas em organização sociopolítica e modo de subsistência; a identificação de variabilidade estilística dentro de uma mesma fase pode significar o reconhecimento de limites políticos e identidades socioculturais importantes; e a variabilidade tipológica (principalmente quanto à decoração), utilizada para definir fases distintas, pode mascarar continuidade cultural e mudanças sociopolíticas dentro de um mesmo território.

Palavras-chave: Variabilidade cerâmica. Fases arqueológicas. Arqueologia amazônica.

Abstract: In this article, it is in debate the assumed correlation between pottery industry (phase) and social group. It is argued that this assumption is not adequate to understand either variability or change in material culture. Three case studies are presented in order to demonstrate that technological and iconographic similarities between artifact assemblages might correspond to different sociopolitical organizations and subsistence patterns; the identification of stylistic variability inside of a single phase might signalize political limits, as well as sociocultural identities; and typological variation (especially regarding decoration), used to define distinct phases, might mask cultural continuity and sociopolitical change within a single territory.

Keywords: Ceramic variability. Archaeological phases. Amazonian archaeology.

¹ Universidade Federal do Pará. Departamento de Antropologia. Professora Adjunta. Belém, Pará, Brasil (deniseschaan@marajoara.com).



INTRODUÇÃO

Um dos grandes problemas enfrentados pela arqueologia da Amazônia hoje é compatibilizar as classificações herdadas de fases e tradições cerâmicas com a necessidade de produzir uma história do passado que seja dinâmica e abranja os processos de mudança sociocultural pelos quais as sociedades amazônicas passaram. Se, por um lado, o sistema de classificação em fases e tradições foi importante por ter permitido, em pouco tempo, o mapeamento nacional da distribuição de populações pré-coloniais pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) (PROUS, 1991, p. 6); por outro lado, tornou-se, de certa forma, uma ‘camisa de força’ que impediu que outras questões relevantes além da cerâmica fossem investigadas pelos arqueólogos. Juntamente a isso, o conceito de ‘fase cerâmica’ como forma de caracterizar conjuntos de artefatos tecnológica e estilisticamente similares passou a ser utilizado irrefletidamente para identificar grupos sociais ou étnicos no tempo e no espaço. Desta forma, tornou-se comum, na literatura e até mesmo em conversas informais, a referência a fases cerâmicas como se estas fossem grupos etnolinguísticos, povos que, no imaginário arqueológico, surgiam e desapareciam juntamente com seus artefatos diagnósticos.

O modelo adotado pelo PRONAPA gerou, de fato, como assinalou Brochado (1987), certo mal-estar entre os arqueólogos, pois as relações entre as fases e tradições eram pouco claras. Como exemplo disso, podemos citar a identificação, por vezes inesperada, de duas ou mais fases convivendo em vários níveis da camada de ocupação em um sítio. Como explicar tal fato? Se as populações são distintas e, a princípio, não-relacionadas, como podem conviver no mesmo espaço físico? A explicação oferecida, por exemplo, por Meggers e Evans (1957) para o Marajó, seria a de que a fase cerâmica mais recente representava um grupo conquistador que teria vindo de fora da região, subjugando finalmente

(às vezes após dezenas de gerações) o grupo nativo (para críticas a essa interpretação, consultar Schaan 1999-2000; 2001b).

A situação se complica ainda mais quando estudamos sociedades com uma economia política regional – os cacicados – que surgiram em diversas áreas da Amazônia a partir do primeiro milênio d.C. No registro arqueológico, estas sociedades aparecem subitamente, uma vez que são caracterizadas – e foram definidas – por conjuntos de artefatos distintos daqueles de fases anteriores. A explicação oferecida dentro do modelo teórico histórico-cultural era, geralmente, a migração. Não se vislumbrava a possibilidade de que indústrias cerâmicas possam mudar (para além das pequenas variações utilizadas para a construção das seqüências seriadas) e que processos de produção, circulação, uso e descarte de artefatos possam ser extremamente complexos e modificarem-se juntamente com mudanças sociais e econômicas importantes.

Visando a contribuir para a discussão sobre variabilidade em conjuntos de artefatos e sua interpretação, esse trabalho explora algumas das razões que podem estar por trás da variabilidade identificada em conjuntos arqueológicos, com base em estudos de caso. Pretendemos demonstrar que a atribuição de diferenças em conjuntos de artefatos a fases distintas (e sua identificação com grupo social) pode mascarar continuidade cultural e mudanças sociopolíticas dentro de um mesmo sítio ou território; o reconhecimento de variabilidade estilística dentro de uma mesma fase – geralmente considerada uma entidade homogênea – pode significar a revelação de limites políticos e identidades socioculturais importantes; e as semelhanças estilísticas entre conjuntos de artefatos não necessariamente significam identidade cultural ou a existência de um mesmo substrato etnolinguístico e podem corresponder a sociedades totalmente distintas em organização sociopolítica e padrões de subsistência.



Interpretando conservantismo e mudança em indústrias cerâmicas

A primeira observação que se pode fazer com relação aos problemas trazidos pelo sistema de classificação em fases com base em artefatos ou, pelo menos, a inadequação do uso que dele tem sido feito, diz respeito ao fato de que essa abordagem impede a apreciação de mudança cultural. Ao “ignorar variação contínua entre comportamentos e traços, focalizando, ao contrário, na comparação entre estados estáveis” (RICE, 1984, p. 233) perdemos a oportunidade de perceber processos de mudança cultural que deveriam ser, na verdade, o foco da pesquisa arqueológica.

Na literatura sobre cerâmica percebe-se que, via de regra, os autores consideram que os modos de fazer cerâmica tendem a ser bastante estáveis e pouco sujeitos a mudanças, especialmente naquelas comunidades em que o aprendizado prático da olaria é passado de geração a geração dentro de uma mesma família. Esse é o pressuposto fundamental das análises que consideram que os conjuntos tipológicos utilizados para caracterizar fases cerâmicas são conservadores e que, portanto, variações no modo de fazer cerâmica sinalizam a entrada de outro grupo social no registro arqueológico.

De fato, sistemas de produção cerâmica podem ser bastante conservadores, permanecendo pouco diferenciados mesmo frente a importantes e drásticas mudanças socioculturais – isso tem sido argumentado para os povos Xinguanos, conforme Heckenberger (2005); e para os tupis-guaranis, de acordo com Scatamachia *et al.* (1987). No entanto, como Rice (1984) observa, os sistemas de produção cerâmica mudam e os aspectos da produção mais susceptíveis de mudanças podem ser justamente aqueles que seriam mais conservadores, dependendo das circunstâncias. Por exemplo, aspectos tecnológicos como tipo e tamanho de antiplástico, qualidade da argila e queima tendem a manter-se inalterados em condições normais, pois são fatores que influenciam

diretamente no acabamento e na funcionalidade do produto final. Por outro lado, o esgotamento de uma fonte de antiplástico ou a introdução de um novo tipo de antiplástico que trará benefícios para a produção de determinado novo tipo de vasilhame (SCHAAN, 1999-2000) podem ser razões para mudança.

Frente às diversas características de um sistema de produção cerâmica e as possibilidades que se apresentam para conservação ou mudança, Rice (1984) argumenta que questões demográficas podem ser geralmente consideradas como a causa de mudanças nos sistemas de produção. Isso porque o aumento da demografia ocasionaria uma complexificação das relações sociais, com crescente especialização no trabalho e novas demandas colocadas por esses grupos. Independente de considerar o crescimento populacional como causa ou conseqüência da complexificação social, foi no cerne deste processo que parecem ter ocorrido mudanças nas indústrias cerâmicas da ilha de Marajó a partir de 500 d.C. (que marca o início da fase Marajoara), como será visto adiante.

Continuidade e variabilidade nas indústrias cerâmicas em Marajó

Meggers e Evans (1957), em sua monografia clássica sobre as culturas arqueológicas da foz do Amazonas, definiram seis fases cerâmicas para o arquipélago de Marajó, considerando que todas estas fases representariam populações que teriam chegado à ilha de Marajó pelo norte, vindas do Amapá e algumas se estabelecendo inicialmente nas ilhas de Caviana e Mexiana.

Em uma seqüência cronológica, estas fases foram denominadas Ananatuba, Mangueiras, Acauã, Formiga, Marajoara e Aruã. Algumas delas se sobrepõem no tempo e no espaço, ocupando por vezes o mesmo sítio por períodos que podem chegar a centenas de anos, de acordo com datas absolutas e relativas em Meggers e Danon (1988), Meggers e Evans (1954, 1957), Schaan (2004) e



Simões (1967, 1969). As indústrias cerâmicas que as fases representam têm como características tecnológicas o acordelado para a manufatura das vasilhas, o uso do caco moído como antiplástico e uma pasta cuja coloração sugere variação nos processos de queima, às vezes realizada em condições de boa oxidação e outras vezes em atmosfera redutora¹. Com exceção da fase Aruã, esta sim mais aparentada com indústrias cerâmicas do Amapá e das Guianas, provavelmente produzidas por grupos Arawak (MEGGERS; EVANS, 1957; SCHAAN, 2004), algumas das técnicas decorativas observadas nas diversas fases arqueológicas de Marajó são as mesmas e em alguns casos indistinguíveis entre si. Isso acontece, por exemplo, com os tipos incisos das fases Ananatuba, Mangueiras e Formiga, assim como com os tipos escovados de todas as fases, que se distinguem apenas pela coloração da pasta.

Ainda que a hipótese da migração destas populações, que teriam vindo do norte, possa ser válida, todas as indústrias cerâmicas da ilha compartilham de uma tecnologia similar, o que pode ser explicado pela proximidade geográfica que possibilitaria troca de informações e casamentos, assim como a disponibilidade das mesmas matérias-primas: argila, combustível para a queima e antiplástico feito de cerâmicas quebradas e reaproveitadas. As formas das vasilhas cerâmicas das fases Ananatuba, Mangueiras e Formiga são também bastante similares, o que provavelmente estaria relacionado a dietas semelhantes. Mesmo assim, estas fases foram classificadas em tradições cerâmicas distintas devido às características decorativas, o que parece ter pouco significado histórico ou cultural (Fase Ananatuba pertence à Tradição Hachurada-Zonada, enquanto que a Fase Mangueiras pertence à Tradição Borda Incisa).

Diferenças mais marcantes, entretanto, são observáveis se compararmos a cerâmica da fase Marajoara com a daquelas anteriores (Ananatuba, Mangueiras, Acauã e Formiga), apesar de que certos traços tecnológicos – acordelamento, tecnologia de queima, antiplástico, formas básicas de vasilhas – permitem que se perceba certa continuidade. Mudanças observadas em padrões de assentamento (construção de tesos e ocupação das áreas de savana sazonalmente alagáveis), o aumento expressivo na variabilidade da forma e dos estilos de vasilhas e artefatos e a introdução de novas e complexas técnicas decorativas levaram Meggers e Evans a considerarem a fase Marajoara como representante de uma sociedade complexa que teria chegado à ilha já plenamente desenvolvida (MEGGERS, 1954; MEGGERS; EVANS, 1957). Esta interpretação de mudança cultural como migração deveu-se principalmente aos pressupostos teóricos do modelo ecológico cultural. Em outras áreas, os cientistas têm interpretado mudanças culturais em direção a uma complexificação crescente das relações sociais e produtivas – o surgimento de sociedades complexas – como processos que se desenvolvem localmente (CARNEIRO, 1981, [19?]; EARLE, 1991; FEINMAN; NICHOLAS, 2004).

Diversas linhas de evidência, ao contrário da opinião de Betty Meggers, apontam realmente para um desenvolvimento autóctone da cultura marajoara (ROOSEVELT, 1991; SCHAAN, 2001a, 2004). A cultura marajoara como tal está relacionada a uma nova forma de ocupar o meio ambiente, a uma nova forma de organização sociopolítica que se expandiu, aglutinando populações e se sobrepondo tecnologicamente às ocupações existentes em cada local (SCHAAN, 2004). Neste sentido, a cultura marajoara representa uma 'nova era', mas não uma nova população ou grupo étnico que vem de fora da ilha e lá se estabelece.

¹ As variações de coloração do núcleo podem ser, em alguns casos, correlacionadas com a forma do vasilhame (MEGGERS e EVANS, 1957, SCHAAN, 2004).



Ao comparar a cerâmica marajoara com a de 'fases' anteriores, veremos que a base tecnológica de preparo da argila e a técnica de formação das vasilhas são as mesmas. As técnicas decorativas já existiam antes (a técnica da excisão existia na fase Acauã somente), mas foram aperfeiçoadas, com a combinação de várias delas em um mesmo vasilhame. As formas dos vasilhames são semelhantes, às vezes idênticas às de fases anteriores (tigelas carenadas, tigelas abertas arredondas), mas surgem novas formas, mais complexas, algumas consideradas únicas. Há um aumento, portanto, no esforço, dedicação e tempo gastos na produção da cerâmica. Percebe-se uma maior necessidade de expressar, na cerâmica, aspectos da identidade grupal e individual, por isso a profusão de motivos ligados a repertórios mitológicos. Além de sua função econômica e social, a cerâmica adquire importância política e ideológica.

O aspecto que muda durante a fase Marajoara está relacionado principalmente ao uso social da cerâmica, devido às novas estratégias de subsistência (manejo hidráulico e pesca intensiva) e à produção de objetos rituais para festas e cerimônias, que se tornam mais frequentes e importantes. Percebe-se, no registro arqueológico, uma produção e o uso intenso de um tipo de vasilha de base plana e paredes grossas, com acabamento rústico, provavelmente destinada a triturar alimentos (mandioca ou amido de palmeira), que seriam fermentados para produção de bebidas alcoólicas para festas (SCHAAN, 2004, p. 290). As festas e rituais são momentos para aglutinação da população e exercício de reverência ao poder constituído. A cerâmica passa, portanto, a fazer parte de toda uma parafernália material que é utilizada dentro de um processo de afirmação da identidade regional, dos limites políticos e da hierarquia social.

Variabilidade artefactual, limites políticos e identidades sociais na fase Marajoara

A fase Marajoara pode ser caracterizada como uma cultura que se expandiu por toda a ilha de Marajó a partir da metade do primeiro milênio d.C. e que encontrou expressões locais diferenciadas devido a fatores ecológicos e sociais particulares.

Alguns estudiosos da cultura marajoara identificaram sub-estilos dentro do estilo estético marajoara, que, acreditaram, teriam significado cronológico (Figura 1). Os sítios da região do rio Anajás caracterizam-se pela predominância de cerâmica policrômica (preto e vermelho sobre engobo branco) assim como pelo uso de incisões e excisões, estas últimas frequentemente combinadas com engobo vermelho (tipos joanes pintado, arari exciso simples, arari exciso vermelho, anajás inciso simples, anajás vermelho inciso, entre outros)². Os sítios a leste do lago Arari, ao contrário, apesar de possuírem todos estes tipos decorativos, caracterizam-se por uma grande ocorrência de peças decoradas com incisões sobre engobo branco, engobo branco e vermelho, e pintura vermelha no interior de incisões produzidas sobre engobo branco (tipos anajás inciso branco, anajás inciso duplo e pacoval inciso, entre outros). O tipo 'Pacoval Inciso', especialmente, é frequentemente utilizado nos sítios do lago Arari em urnas funerárias antropomorfas, estando virtualmente ausente nos sítios do rio Anajás (SCHAAN, 2001a, 2004) (Figura 2).

Segundo Meggers e Evans (1957), os sítios localizados na área de savana próxima ao lago Arari seriam mais antigos do que os sítios a oeste do lago Arari, na bacia do rio Anajás. Com base em uma seriação estilística de urnas funerárias, Magalis (1975), no entanto, sustenta que a cronologia relativa seria inversa – os sítios do rio Anajás seriam os mais antigos.

² Segundo a tipologia definida por Meggers e Evans (1957).



Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além – e apesar – das fases e tradições

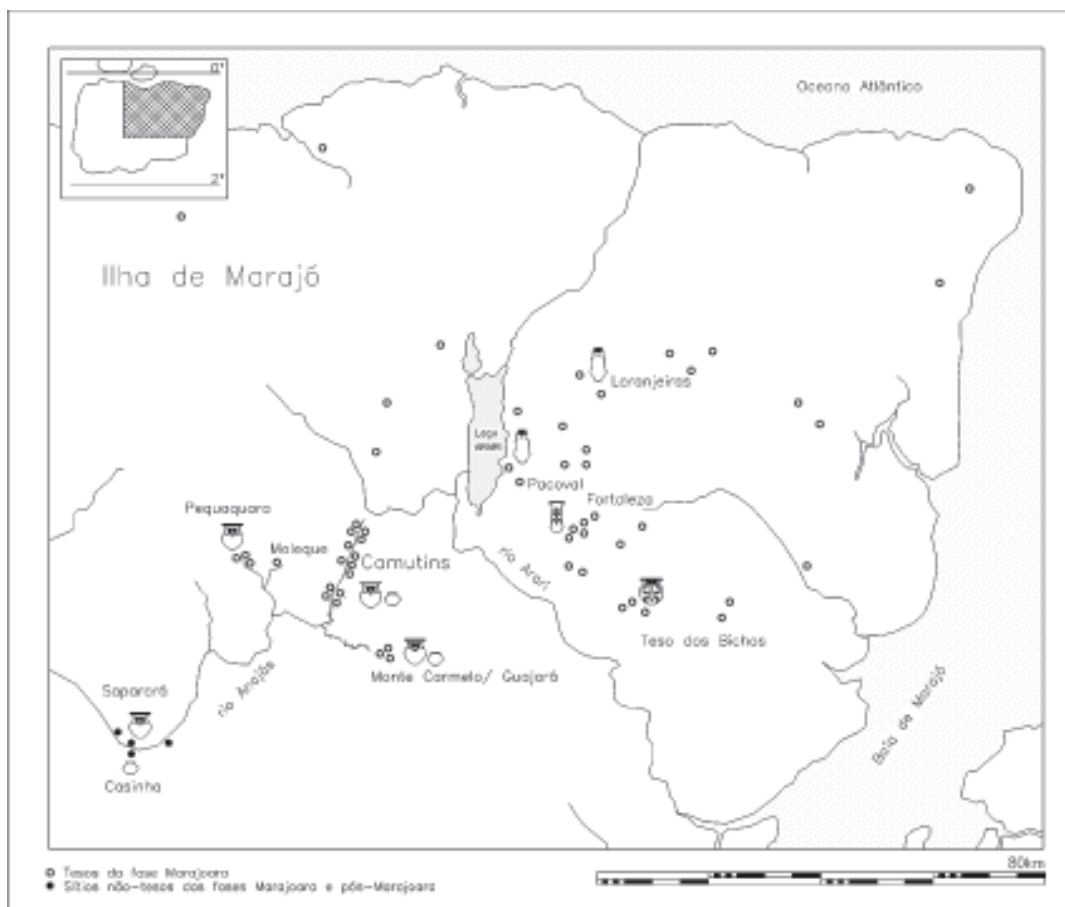


Figura 1. Mapa da ilha de Marajó com a localização dos principais sítios arqueológicos da fase Marajoara e seus estilos distintos.



Figura 2. Urna do tipo Pacoval Inciso (à esquerda), aquarela de Miguel Pastana, Coleção do Museu do Estado do Pará; urna do tipo Joanes Pintado (à direita), ilustração de K. van Dyke, em Roosevelt (1991, p. 47)



Entretanto, uma vez que as datações disponíveis mostram contemporaneidade entre os sítios destas duas regiões – por pelo menos 600 anos – essas diferenças decorativas, às quais correspondem diferenças estilísticas e iconográficas, podem ser interpretadas como diferenciações sociais dentro do domínio da cultura marajoara. Especialmente se levarmos em consideração o fato de que urnas funerárias antropomorfas bastante elaboradas, reservadas para a elite, apresentam marcantes características locais, parece mais provável que as especificidades estilísticas estariam denotando identidades sociopolíticas e limites territoriais, em vez de diferenças temporais.

Emulação e difusão regional de técnicas e estilos

De acordo com o modelo tradicional de 'fases', complexos cerâmicos poderiam ser definidos por características técnicas, como o uso de determinado tipo de antiplástico. Neste sentido, a identificação de conjuntos cerâmicos com antiplásticos diferentes dentro de um mesmo sítio levava geralmente à designação de 'fases' diferentes. Da mesma forma, a presença de artefatos característicos de outra 'fase' identificada alhures seria considerada fruto de troca ou 'intrusão'. Conclusões apressadas deste tipo podem, no entanto, impedir o entendimento das causas da variabilidade encontrada e dificultar uma reconstrução apropriada da história cultural da sociedade em questão.

Em sítios estudados na bacia do rio Anajás, caracterizados pela predominância do uso do caco moído como antiplástico desde 1.500 a.C., observamos, ao redor de 500 d.C., a introdução do caraipé, que passa a ser utilizado em conjunto ou não com o caco moído, em uma percentagem significativa dos fragmentos encontrados. Verificamos que o uso do caraipé tem, nos sítios do rio Anajás, uma significância geográfica, temporal e cultural (SCHAAN, 2004). A tecnologia do uso do caraipé pode ter sido introduzida por

novas levadas de migrantes ou trazida por viajantes junto com outros produtos, como os artefatos líticos, que também aparecem nesta época como parte das redes de troca existentes por toda a bacia amazônica.

O caraipé, quando aparece, no início da fase Marajoara, tem uma distribuição diferenciada dentro do domínio marajoara, onde surge da periferia para o centro, sendo que, neste último, seu uso nunca chega a ser significativo. Percebe-se, portanto, que a indústria cerâmica marajoara, no uso do caco moído como antiplástico, era bastante conservadora. Mesmo quando utilizado tentativamente em objetos de estilo tipicamente marajoara, o caraipé nunca é usado na produção de urnas funerárias ou objetos rituais importantes. No sítio Casinha, datado de 600 a 1200 d.C. (o período 'clássico' da fase Marajoara estende-se de 700 a 1.100 d.C.) e localizado a 75 km do núcleo da chefatura dos Camutins, o uso do caraipé se dá de forma concomitante ao do caco moído, em percentagens elevadas (cerca de 36% dos fragmentos possuem tempero de caraipé; em 11% dos fragmentos há combinação do caraipé com o caco moído). Nos tesos do Camutins, ao contrário, a percentagem de caraipé é insignificante, menos de 4,5% dependendo da área do sítio, e somente nos níveis superiores (SCHAAN, 2004).

Quando os cacicados marajoara entram em declínio, no entanto, ao redor de 1.200 d.C., surgem sítios da cultura marajoara tardia – que denominamos fase Cacoal – onde o uso do caraipé torna-se freqüente e em proporções bastante significativas. Foi realizado um estudo no sítio homônimo da fase Cacoal, em que comparamos a distribuição espacial do antiplástico e, através da reconstituição das formas das vasilhas, avaliamos a relação entre antiplástico e forma/uso do vasilhame (SCHAAN, 1999-2000). Concluímos que o caraipé era utilizado principalmente em vasilhas de uso doméstico, para cozinhar ou processar alimentos, enquanto o caco moído era usado



preferencialmente em vasilhas de paredes grossas e decoradas, relacionadas à vida cerimonial. Salienta-se que a denominação de 'fase Cacoal' a partir do estudo realizado nos sítios Cacoal, Boa Vista e Leal, localizados no médio rio Anajás, não se restringiu à identificação de uma indústria cerâmica. A fase Cacoal foi definida pela presença de sítios que representam o dismantelamento da organização política regional que caracterizou o período marajoara. Os sítios da fase Cacoal apresentam uma diversidade maior em termos de cultura material, mas ainda conservam aspectos dos rituais marajoara, identificados pela presença de artefatos típicos daquela fase. Os sítios pertencentes à fase Cacoal, portanto, não necessariamente têm indústrias cerâmicas semelhantes, pois são definidos por uma série de variáveis: padrões de assentamento, subsistência, produção, uso de artefatos, etc.

Um outro sítio proto-histórico contemporâneo à fase Cacoal é o sítio Joanes, localizado na vila homônima, onde, no período colonial, estabeleceu-se uma missão religiosa, na costa leste do Marajó. Uma pesquisa de salvamento identificou uma área de lixeira que continha fragmentos cerâmicos com antiplástico de caraipé e caco moído. De especial interesse é a presença de um banco de cerâmica policrômica em estilo marajoara, fabricado com a tecnologia local – uso do caraipé e acabamento rústico (COSTA NETO, 1986). Neste caso, assim como provavelmente em outros sítios dessa fase, pode-se falar de emulação, ou seja, a 'imitação' de estilos externos geográfica ou socialmente, os quais possuem um componente de prestígio. Miller (1985, p. 185) define emulação como o desejo de imitar ou copiar um grupo que está no poder, adotando alguns dos produtos ou estilos associados com aquele grupo. Mesmo em uma época de declínio dos cacicados marajoara, o estilo marajoara ainda era provavelmente o ideal a ser seguido e exemplos deste tipo devem ser mais freqüentes no registro arqueológico do que usualmente se percebe.

A cerâmica marajoara e a cerâmica da Tradição Tupiguarani

O último caso a ser analisado é o da semelhança estilística entre as cerâmicas marajoara e tupiguarani em suas variantes policrômicas, que leva arqueólogos a especularem possíveis ligações etnolinguísticas entre as populações produtoras destas duas indústrias cerâmicas. Será revista, rapidamente, a origem destas especulações, para então analisarmos sua fundamentação.

Em sua obra "O Alto Amazonas", Donald Lathrap (1970) defendeu a tese de que a colonização da Amazônia por populações ceramistas durante o formativo poderia ser entendida como a diáspora de grupos étnicos ligados a dois troncos linguísticos principais: Arawak e Tupi. Neste sentido, a Tradição Policroma Amazônica seria associada com a expansão, principalmente, de grupos relacionados às línguas da família Tupiguarani, enquanto a cerâmica barrancóide ou modelada-incisa seria associada aos falantes Maipuran do tronco Arawak. Essa postulada relação entre estilos cerâmicos e falantes de mesma família linguística foi depois seguida por Brochado (1984), ao desenvolver sua tese sobre a expansão da cerâmica e agricultura no leste da América do Sul, em que mapeou e estudou a dispersão dos grupos Tupi e Guarani com base em dados linguísticos, arqueológicos e etnográficos. Segundo Brochado, formas de vasilhames e técnicas decorativas seriam semelhantes nas Tradições Policrômica e Tupiguarani em sua variante pintada, postulando uma origem comum na Amazônia Central. Como em seu modelo em forma de 'pinça' este autor previa a rota de expansão dos grupos Tupi em direção ao leste do Brasil via a foz do Amazonas, também supõe que teria havido ali a separação do grupo que daria origem à cultura marajoara. Na ilha de Marajó desenvolveriam-se, então, outros estilos cerâmicos (incisões, excisões, modelagem, antropomorfização de urnas funerárias) que já não se encontrariam nos complexos cerâmicos dos Tupinambá do litoral. Esta hipótese foi retomada e defendida por Noelli (1996).



Criticando o modelo sustentado por Noelli, no entanto, Heckenberger, Neves e Petersen (1998) argumentam que não há dados etnohistóricos que sustentem esta ligação entre grupos Tupi e os produtores da cerâmica policrômica amazônica. Por um lado, o desenvolvimento da Tradição Policrômica ao longo da bacia amazônica é recente (depois de 900 d.C.) e está ligado ao surgimento de sociedades complexas, cujos padrões hierárquicos parecem diferenciar-se de um *ethos* 'igualitário' tradicionalmente atribuído aos grupos Tupiguarani (FAUSTO, 1992; VIVEIROS DE CASTRO, 1996). Vale ressaltar também que a cerâmica da fase Marajoara diferencia-se de outras da Tradição Policrômica Amazônica por reunir características estilísticas e tecnológicas bem mais complexas (uso concomitante de excisão, incisões e duas camadas de engobo) e por ser mais antiga (500 d.C.). Além disso, enquanto as cerâmicas das fases Guarita e Miracanguera apresentam o caraipé como antiplástico, esse material só vem a se tornar popular em Marajó tardiamente, associado principalmente com grupos produtores de cerâmica pós-marajoara, como foi apresentado anteriormente.

Por outro lado, em sítios tupiguarani encontrados no interior, a tecnologia de fabrico da cerâmica, formas e padrões decorativos são similares aos observados por cronistas no litoral durante o período colonial, mostrando a antiguidade e persistência temporal da tradição Tupiguarani desde 500 d.C. até a época da conquista (SCATAMACHIA *et al.*, 1987).

Quanto às semelhanças estilísticas na cerâmica notadas por Brochado e Noelli, elas existem realmente, inclusive em alguns padrões decorativos (Figura 3). Lima (2005, p. 31) investigou, recentemente, elementos estruturais comuns nos motivos decorativos das cerâmicas arqueológicas Tupiguarani e Marajoara/Guarita, propondo que elementos cognitivos semelhantes estariam por trás "da organização dos

campos decorativos" de ambos os estilos. Segundo Lima (2005, p. 33), estes esquemas mentais não estruturariam "estilos mas também outros aspectos da vida social, e que podem ser potencialmente percebidos em outras instâncias materiais e imateriais da cultura".

Apesar destas semelhanças, diversas linhas de evidência separam a sociedade Marajoara dos grupos Tupinambá do Maranhão e leste do Brasil ou daqueles grupos Tupiguaranis estudados pela arqueologia:

1) Enquanto a sociedade Marajoara construiu aterros para moradia e vida cerimonial, onde a disposição das casas geralmente segue o sentido longitudinal do aterro (SCHAAN, 2004), as aldeias Tupinambá eram formadas por 4 a 8 malocas distribuídas em torno de uma praça central (FAUSTO, 1992). Não existe a figura da praça central na sociedade Marajoara; as cerimônias e festividades acontecem nos aterros principais da elite, sendo que os aterros da gente comum são localizados a uma distância considerável. No caso da chefatura dos Camutins, os aterros mais próximos estavam a 2 km do último aterro da elite (SCHAAN, 2004).

2) As sociedades Marajoara eram estratificadas, sendo a transmissão da chefia por hereditariedade. Os grupos Tupinambás não apresentavam estratificação social ou de assentamentos e a liderança se dava por merecimento (FERNANDES, 1989).

3) As sociedades Marajoara se restringiram à ilha de Marajó, ocupando progressivamente aquele território. Hoje há notícia de sítios marajoara até a área de floresta ao noroeste da ilha, no município de Afuá. No entanto, não há indícios de que se tenham expandido para fora da ilha. Os grupos Tupis e Guaranis, ao contrário, expandiram-se por um vasto território. Há opiniões divergentes entre os antropólogos sobre a razão para esta dispersão (CLASTRES, 1989; FAUSTO, 1992); segundo Clastres, estaria relacionada a um comportamento cultural que buscava a negação do Estado.



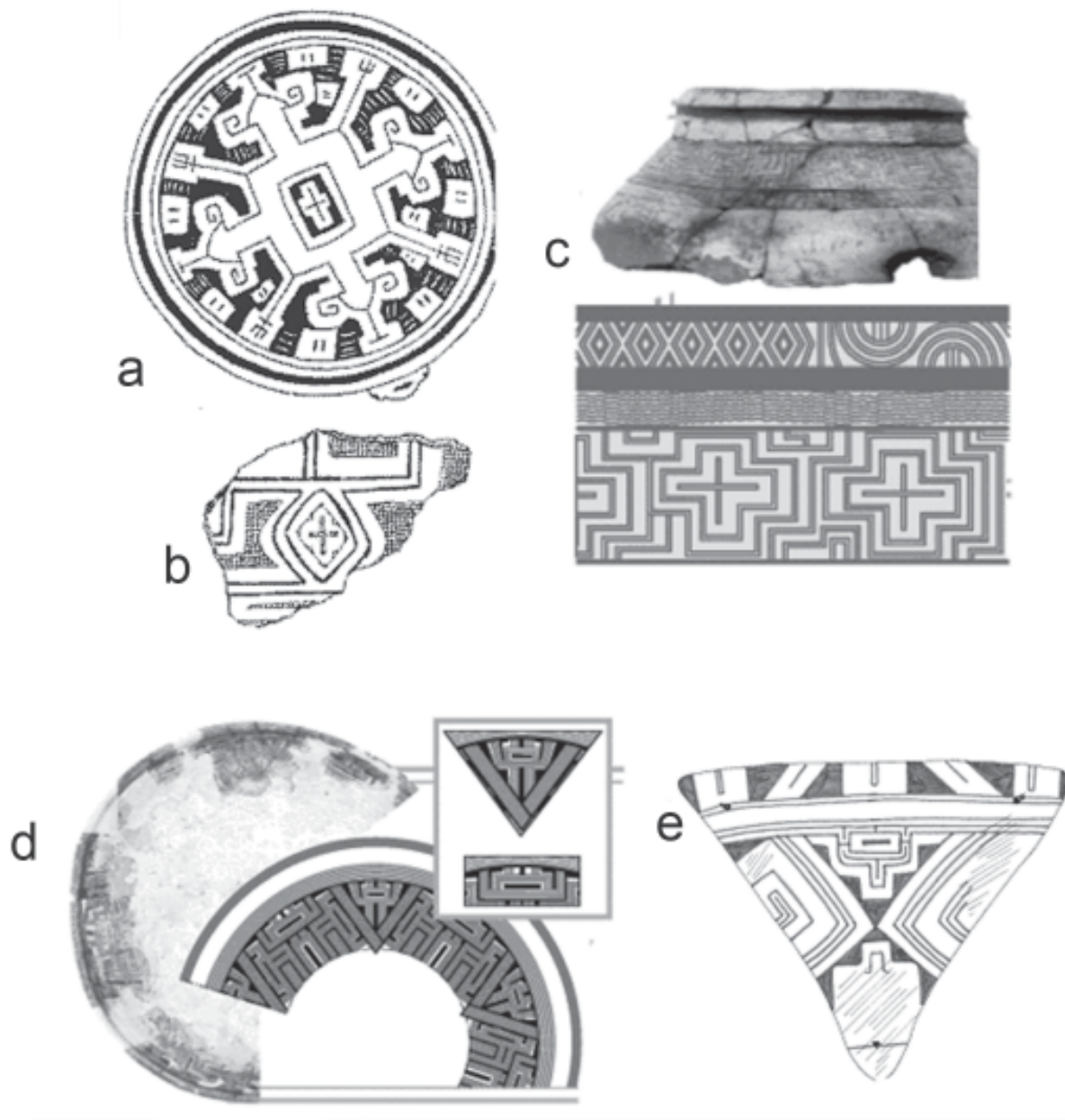


Figura 3 . Comparação entre grafismos tupiguarani e marajoara: a) banco da fase Marajoara, acervo MPEG, desenho de Jorge Mardoch; b) Fragmento de cerâmica marajoara, acervo MPEG, desenho de Denise Schaan; c) fragmento de vasilha, MARS-Taquara/RS, em Prous (2005, figura 12); d) cerâmica tupiguarani do Rio Grande do Norte, acervo Museu Câmara Cascudo, em Prous (2005, figura 9); e e) tanga marajoara, acervo MPEG, desenho de Denise Schaan.

4) Cerca de 20 a 30% dos aterros da fase Marajoara se caracterizam pela construção de plataformas para moradia, ao mesmo tempo associadas ao manejo hidráulico de lagos e barragens. Na estratigrafia destes sítios são observáveis camadas estéreis correspondentes a episódios de construção do aterro. Em sítios associados com a Tradição Tupiguarani não há obras deste tipo.

5) Os sítios da fase Marajoara mostram ocupação contínua por centenas de anos. Os sítios da Tradição Tupiguarani na Amazônia mostram ocupação descontínua e episódios de reocupação, com a camada cultural pouco profunda (comunicação pessoal, Maura Imazio da Silveira, 2005).

6) A cerâmica da fase Marajoara caracteriza-se pelo emprego de pelo menos 16 técnicas decorativas distintas para a cerâmica; às vezes, três técnicas distintas são aplicadas na mesma peça. A cerâmica da Tradição Tupiguarani apresenta pouca variabilidade em técnicas decorativas, em geral apenas quatro são encontradas em um mesmo sítio.

Poderíamos ir adiante enumerando diferenças. Percebem-se claramente diferenças socioculturais, políticas e econômicas marcantes entre estas duas populações, o que leva a considerar as poucas semelhanças encontradas na cerâmica como pouco significativas.

Pode-se dizer que uma das razões que provavelmente incentivaram especulações em torno da origem étnica das populações identificadas com a fase Marajoara foi a falta de registros históricos sobre essas populações e o desejo de relacionar a ocupação marajoara com grupos étnicos e lingüísticos conhecidos. Ao verificar os dados etnohistóricos, entretanto, assim como dados de pesquisas arqueológicas recentes, será visto que as populações arqueológicas marajoara podem ter sido aquelas a que os Tupinambás se referiam genericamente como 'Nheengaíbas'. Ora, os Nheengaíbas que habitavam os tesos do centro da ilha de Marajó no século XVII, segundo o Pe. Antônio Veira, falavam línguas totalmente desconhecidas aos

Tupinambás do Maranhão, que se aliaram aos portugueses para derrotá-los, sendo bastante improvável, portanto, a sugerida ligação etnolingüística entre estes grupos (SCHAAN, 1999, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendemos, com este trabalho, demonstrar a necessidade de problematizar a classificação de conjuntos tipológicos em fases e tradições, assim como a tendência de tratar 'fase' e grupo etnolingüístico como entidades homólogas. Ao tratar a 'fase' como uma entidade homogênea e não passível de transformações, fossilizamos o registro arqueológico e deixamos de utilizar o estudo dos artefatos para entender processos de mudança cultural de longo termo, um dos objetivos maiores da arqueologia.

Por trabalharem em uma área tropical cujas características ecológicas e climáticas dificultam a preservação de artefatos e outras evidências arqueológicas de origem orgânica, arqueólogos atuando na Amazônia e em outras regiões do Brasil têm favorecido, historicamente, o estudo da cerâmica como a melhor ou muitas vezes a única possibilidade de reconstituição da história das sociedades do passado. O potencial informativo da cerâmica, no entanto, torna-se maior quando contrastado com outras linhas de evidência e, principalmente, quando as metodologias de análise são flexíveis em função dos problemas concretos de pesquisa que se colocam.

Muitos arqueólogos ainda estão em busca de uma receita de bolo que os permita estudar a cerâmica sem as deficiências ou o 'mal-estar' trazido pelo modelo antigo. Pensa-se, às vezes, que o problema reside no emprego de tipologias. No entanto, faz parte da atividade científica o ato de classificar, definir e ordenar fenômenos. E por isso há a necessidade da criação de tipologias como maneira de classificar e segregar em grupos discretos aquelas entidades que se pretende estudar, na busca de padrões e



regularidades. O que não é possível, no entanto, é perder de vista que as categorias e tipologias são instrumentos de análise que visam, em última instância, buscar reconstituir contextos históricos, sujeitos a mudanças culturais e transformações sociais. Neste sentido, categorias e tipologias são apenas meios para se alcançar um fim e não podem, elas mesmas, substituir a necessária descrição e estudo de processos sociais dos quais são atores os seres humanos, nunca os artefatos.

REFERÊNCIAS

- BROCHADO, José Proenza. **An Ecological model of the spread of pottery and agriculture into eastern South America.** Tese (Doutorado). Universidade de Illinois, Urbana-Champaign. 1984.
- BROCHADO, José Proenza. Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura no leste da América do Sul. In: SIMPÓSIO DE PRÉ-HISTÓRIA DO NORDESTE, 1 - CLIO 4, 1987. **Anais...** [S.l.], 1987. p. 85-87.
- CARNEIRO, Robert L. The chiefdom: precursor of the state. In: Jones, G.; Kautz, R. (Ed.) **The transition to statehood in the New World.** Cambridge: Cambridge University Press, 1981. p. 37-79.
- CARNEIRO, Robert L. **The Ecological basis of amazonian chiefdoms.** [S.l.: s.n.], [19?], Manuscrito. 88 p.
- CLASTRES, Pierre. **Society against the state.** New York: Zone Books, 1989.
- COSTA NETO, Antonio Nery da. **Prospecção arqueológica em Joanes, Ilha de Marajó (PA).** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1986. Relatório inédito.
- EARLE, Timothy. **Chiefdoms: power, economy, and ideology.** Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1991. (School of American Research Advanced Seminar Series).
- FAUSTO, Carlos. Fragmentos de história e cultura Tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etnohistórico. In: CUNHA, Manuela C. (Ed.). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Cia. das Letras, 1992. p. 381-396
- FEINMAN, Gary M.; LINDA, M. Nicholas (Org.). **Archaeological perspectives on political economies.** Salt Lake City: University of Utah Press, 2004.
- FERNANDES, Florestan. **A Organização social dos Tupinambá.** São Paulo: Hucitec/ UNB, 1989.
- HECKENBERGER, Michael J. **The Ecology of power: culture, place, and personhood in the Southern Amazon, A.D. 1000-2000.** Nova York, Londres: Routledge, 2005.
- HECKENBERGER, Michael J.; NEVES, Eduardo G.; PETERSEN, James B. De onde surgem os modelos? as origens e expansões Tupi na Amazônia Central. **Revista de Antropologia**, v. 41, n. 1, p. 70-96, 1998.
- LATHRAP, Donald W. **The Upper Amazon.** New York: Praeger, 1970.
- LIMA, Tânia Andrade. Cerâmicas Tupiguarani e Marajoara: elementos estruturais comuns. **Ciência Hoje**, v. 36, n. 213, p. 30-33, 2005.
- LOPES, Paulo R. C. **A colonização portuguesa da ilha de Marajó: espaço e contexto arqueológico-histórico na missão religiosa de Joanes.** Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 1999.
- MAGALIS, Joanne Evelyn. **A Seriation of some Marajoara painted anthropomorphic urns.** Tese (Doutorado). Urbana-Campaign: Universidade de Illinois. 1975.
- MEGGERS, Betty J. Environmental limitation on the development of culture. **American Anthropologist**, v. 56, n. 5, p. 801-24, 1954.
- MEGGERS, Betty J.; DANON, J. Identification and implications of a hiatus in the archeological sequence on Marajo Island, Brazil. **Journal of Washington Academy of Sciences**, v. 78, n. 3, p. 245-53, 1988.
- MEGGERS, Betty J.; EVANS, Clifford. Uma interpretação das culturas da Ilha de Marajó. **Revista do Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará**, 7. 1954.
- MEGGERS, Betty J.; EVANS, Clifford. **Archeological investigations at the mouth of the Amazon.** Washington: Smithsonian Institution. Bureau of American Ethnology, 1957. (Bulletin, 167).
- MILLER, Daniel. Artifacts as categories. In: **Pottery and Social Strategy.** Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 184-196.
- NOELLI, Francisco S. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. **Revista de Antropologia**, v. 39, n. 2, p. 7-118, 1996.
- PROUS, André. **Arqueologia Brasileira.** Brasília: UNB, 1991.
- PROUS, André. A pintura em cerâmica Tupiguarani. **Ciência Hoje**, v. 36, n. 213, p. 22-28, 2005.
- RICE, Prudence M. Change and Conservatism in Pottery-Producing Systems. In: VAN DER LEEUW, S. E.; PRITCHARD, A. C. (Ed.). **The many dimensions of pottery: ceramics in archaeology and anthropology.** Amsterdam: Albert Egges van Giffen Instituut vor Prae- en Protohistorie, CINGVLA VII, Universiteit van Amsterdam. 1984. p. 233-288.
- ROOSEVELT, Anna C. **Moundbuilders of the Amazon: geophysical archaeology on Marajo island, Brazil.** San Diego: Academic Press, 1991.
- SCATAMACHIA, Maria Cristina Mineiro; CAGGIANO, Maria Amanda; JACOBUS, André Luiz. O aproveitamento científico de coleções museológicas: proposta para a classificação de vasilhas cerâmicas da Tradição Tupiguarani. In: SIMPÓSIO DE PRÉ-HISTÓRIA DO NORDESTE, 1 CLIO 4. **Anais...** [S.l.], 1987, p. 89-94.
- SCHAAN, Denise P. Evidências para a permanência da cultura marajoara à época do contato europeu. **Revista de Arqueologia**, n. 12/13, p. 23-42, 1999-2000.
- SCHAAN, Denise P. Into the labyrinths of marajoara pottery: status and cultural identity in an amazonian complex society. In: MCEWAN, C.; BARRETO, C.; NEVES, E. G. (Eds.) **The unknown Amazon: nature in culture in ancient Brazil.** Londres: British Museum Press, 2001a. p. 108-133.
- SCHAAN, Denise P. Os dados inéditos do Projeto Marajó (1962-1965). **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 11, p. 141-164, 2001b.



SCHAAN, Denise P. **The Camutins chiefdom: rise and development of complex societies on Marajó island, Brazilian Amazon.** Tese (Doutorado). Pittsburgh: Universidade de Pittsburgh, 2004.

SIMÕES, Mário F. Resultados preliminares de uma prospecção arqueológica na região dos rios Goiapi e Camará (Ilha de Marajó). In: SIMPÓSIO SOBRE A BIOTA AMAZÔNICA, 1967. **Atas...** Belém: CNPq. 1967. v. 2, p. 207-24.

SIMÕES, Mário F. The Castanheira site: new evidence on the antiquity and history of the Ananatuba phase (Marajó Island, Brazil). **American Antiquity**, v. 34, n. 4, p. 402-410, 1969.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Images of nature and society in Amazonian ethnology. **Annual Review of Anthropology**, v. 25, 1996, p. 179-200.

Recebido: 12/06/2006
Aprovado: 03/04/2007

